



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 2 de novembro de 2012

A CRITICA sim & não	1
OPINIÃO	
A CRITICA AVALIAÇÃO	2
ECONOMIA	
A CRITICA Indústria já encolheu 3%	3
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO AM sofrerá pressão na reunião do Confaz	4
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO ICMS	5
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS CAPA	6
DIÁRIO DO AMAZONAS Reajuste prometido por SP é ameaça, afirmam empresários	7
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Produção da indústria cai em setembro, aponta IBGE	8
ECONOMIA	

sim & não

Guerra fiscal entra em ebulição

A Zona Franca de Manaus será alvo de munição pesada nas próximas semanas por parte dos empresários paulistas como reação à liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou inconstitucionais as isenções fiscais concedidas em São Paulo. Os primeiros disparos vieram da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) e 45 empresários do Grupo de Avanço da Competitividade (GAC) que reuniram-se com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ontem, para fazer lobby.

Pressão Os empresários e a Abinee alegam que a guerra fiscal entre os Estados instalou caos no setor industrial que eles representam. A Guido Mantega anunciaram que os produtos de informática e de comunicação fabricados em São Paulo sofrerão aumento de até 12% por causa da mudança do ICMS depois da liminar.

Reunião A pressão do setor foi tanta que o ministro da Fazenda disse que irá convocar todos os governadores dos Estados para tratar sobre guerra fiscal, na próxima quinta-feira.

Ataque Outra prova que a articulação paulista mira chumbo grosso contra a Zona Franca é que, segundo notícia veiculada ontem à tarde pela

“Folha On Line”, o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, afirmou que o governo prepara uma proposta para alterar o sistema de cobrança de ICMS e por fim à guerra fiscal entre os Estados.

Origem O interessante é que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, que concedeu liminar favorável ao Amazonas determinando que a isenção fiscal praticada em São Paulo era irregular, é paulista.

AVALIAÇÃO

Condel: pauta de alterações

Algumas delas serão apreciadas em reunião que ocorrerá no próximo dia 5, em Belém, na instância deliberativa da Sudam

O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, presidirá a 12ª Reunião do Conselho Deliberativo (Condel), da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que acontece, em Belém, na próxima segunda-feira. Outros conselheiros, como governadores dos Estados da Amazônia, também estarão presentes.

A reavaliação dos critérios de aplicação dos recursos destinados ao custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, a revisão do Regulamento de Incentivos Fiscais e as diretrizes e prioridades do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) para o exercício 2013 serão os principais temas apreciados pelo conselho.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

Uma delas diz respeito à captação de recursos de 1,5% do FDA para ciência e tecnologia. Estão previstas na redefinição dos critérios, diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos para custeio de pesquisa, em 2013, a forma de distribuição dos recursos que passarão a ser destinados totalmente pela demanda ampla.

Isso significa que as instituições de pesquisa e os Estados poderão captar os recursos de acordo com suas necessidades. Também serão apreciadas as



Este ano, uma das reuniões do Condel aconteceu em Macapá, com a presença do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, que também irá a Belém

prioridades espaciais das propostas para projetos inseridos em regiões prioritizadas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); localizados em áreas indicadas por zoneamento socioeconômico e ecológico, nas mesorregiões definidas pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e na Faixa de Fronteira.

Outra alteração prevista é quanto ao regulamento de incentivos fiscais. Nesse aspecto, a novidade proposta é o retorno da isenção total do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) para fabricantes de produtos

voltados para o Programa de Inclusão Digital (CGPID), do Governo Federal.

A proposição abre, inclusive, a possibilidade de que empresas que já usufruem do benefício da redução do Imposto de Renda apresentem requerimento solicitando o enquadramento

e a concessão de novo prazo de fruição do benefício fiscal.

PRIORIDADES PARA 2013

Em relação às diretrizes e prioridades do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia para 2013, uma das principais alterações é a indicação do Ministé-

Reprodução/Agência Amapá

Vinculada

A Sudam é uma autarquia do Governo Federal, criada no governo do presidente Castelo Branco em 1966, com a finalidade de promover o desenvolvimento da região amazônica, gerando incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e internacionais. Tem sede em Belém, e é vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

rio da Integração Nacional de que os projetos sejam apreciados levando em conta o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), elaborado pela Sudam.

Antes, os projetos levavam em conta apenas as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do próprio ministério. Também a partir de 2013 as empresas poderão financiar energia elétrica para consumo próprio do empreendimento, sendo permitida a venda do excedente correspondente até 50% da capacidade instalada. Entre as atividades consideradas prioridades, também será incluído, no turismo, o financiamento a *apart* hotel.

Indústria já encolheu 3%

Setor já diminuiu 3,1% desde 2011 e 3,5% no acumulado deste ano, segundo pesquisa do IBGE em 14 regiões brasileiras

O cenário da indústria brasileira tem andado a passos lentos. Em um ano, a produção industrial caiu de 3,1%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse é o pior resultado desde janeiro, quando o setor encolheu 1,8%. Nos nove meses do ano, o desempenho negativo foi de 3,5% se comparado ao bom ano de 2011. No mês de setembro, caiu 1% em relação à agosto e 3,8% comparado a setembro de 2011.

Dos 27 ramos investigados em 14 regiões brasileiras, incluindo o Amazonas, 16 apresentaram queda.

Os piores resultados da indústria se comparados a setembro de 2011 vieram das categorias de materiais eletrônicos, aparelhos e equipamentos de comunicações (-16,3); veículos automotores (-15,4); fumo (-15,3); máquinas para escritório e equipamentos de informática (-13%). A produção fraca também veio de outros produtos químicos (-3,2%), alimentos (-1,9%), perfumaria, sabões e produtos de limpeza (-10,0%), fumo (-11,7%), que devolveu parte dos 35,6% verificados em agosto último, indústrias extrativas (-1,6%), bebidas (-2,2%), veículos automotores (-0,7%) e mobiliário (-3,3%). Por outro lado, entre os

Saiba mais

>> 14 regiões

O IBGE mede o desempenho produtivo da indústria brasileira em 14 estados: Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Região Nordeste em geral, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás. A produção é classificada em quatro áreas, da indústria extrativista à manufaturada: bens de capital (maquinário em geral para produzir outros bens), bens intermediários (insumos, peças) e bens de consumo duráveis e não duráveis (produtos manufaturados e prontos para o consumo).

ramos que ampliaram a produção, os desempenhos de maior importância para a média global foram registrados por farmacêutica (6,0%) e outros equipamentos de transporte (4,4%).

Entre as categorias de uso, ainda na comparação com o mês imediatamente anterior, bens de consumo duráveis (-1,4%) e bens intermediários (-1,1%) apontaram os recuos mais acentuados em setembro de 2012,

Pesquisa Industrial Mensal - SETEMBRO DE 2012

Produção Física, índice acumulado no Ano

A pesquisa do IBGE inclui 14 regiões industriais do Brasil e traz informações e classifica a produção por bens de capital, bens intermediários, bens de consumo duráveis e bens de consumo semi e não-duráveis.

(Base: igual período do ano anterior)



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisa e Coordenação de Indústrias

com o primeiro interrompendo três meses de resultados positivos consecutivos, que acumularam expansão de 9,0%.

Das categorias pesquisadas pelo IBGE, a indústria amazonense produz refino de petróleo e produção de álcool, extrativista, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, máquinas para escritório equipamentos de informática, material elétrico e equipamentos de comunicação e diversos.

Na avaliação assessor econômico da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Gilmar Freitas, a indústria amazonense está conseguindo se sair bem em meio aos percalços, devendo aumentar o faturamento e a produção no fechamento deste ano, no entanto, não será melhor que o ano passado. "O polo industrial se mantém com as mesmas características anteriores: melhores resultados no setor de eletroeletrônicos, bebidas, químico e duas rodas que já conseguiu uma teve boa recuperação", disse.

Mas Freitas observou que nossa produção só consegue ser competitiva até a porta da fábrica. "Para atingir o consumidor final, temos um baque muito grande no preço final do produto no destino por causa do transporte. Isso tira grande parte da produtividade".

AM sofrerá pressão na reunião do Confaz

**RICHARD RODRIGUES E
ASSESSORIAS**
Equipe EM TEMPO

A medida cautelar do Supremo Tribunal Federal (STF) em favor do Amazonas na questão dos tablets não foi vista com "bons olhos" pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). A entidade empresarial classificou a decisão contra o decreto de in-

centivo fiscal paulista um estímulo à guerra fiscal no país e solicitou que a situação seja discutida urgentemente no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

De acordo com o presidente da Abinee, Humberto Barbato, a produção de tablets nas empresas do Estado de São Paulo está em situação "delicada", após liminar concedida pelo STF, que suspende os incentivos fiscais dados pelo governo paulista para a produção de eletroeletrônicos (tablets, assim como celulares e computadores).

"Isso quer dizer que imediatamente as fábricas instaladas em São Paulo terão de recorrer ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias

e Serviços (ICMS) sobre os produtos. Além disso, guerra fiscal e a insegurança jurídica poderão, até mesmo, obrigar o governo de São Paulo a adotar medidas de retaliação", disse.

O dirigente observou que há anos existe um grande esforço dos setores público e priva-

abordar o assunto com as autoridades. O intuito da abordagem seria que houvesse uma movimentação para contornar a situação determinada pelo STF. Uma das sugestões cogitadas pela Abinee foi a realização de reunião urgente do Confaz para restabelecer as isenções paulistas de ICMS.

“

Não vamos entrar nesse mérito de discutir essa situação, pois o modelo zona franca é bem claro quanto à concessão de incentivos

”

Ispser Abraham,
secretário da Fazenda

do junto aos governos federal e estaduais para encontrar um ambiente de competição leal entre as unidades da Federação, incluindo, nesse contexto, o Amazonas.

Barbato, que participou, ontem, da reunião do Grupo Avançado de Competitividade (GAC) no Ministério da Fazenda aproveitou a ocasião para

'Lei é lei'

O secretário da Fazenda do Amazonas, Ispser Abraham, lamentou o posicionamento da Abinee, porém reafirmou que não há inconstitucionalidade na determinação do STF em favor do Amazonas. "O que ficou decidido legalmente é o que é lei e o que vale. Não vamos entrar nesse mérito de discutir essa situação, pois o modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) é bem claro no que diz respeito aos incentivos fiscais que podem ser concedidos no Estado", observou.

Abraham salientou, ainda, não haver nada de excepcional da decisão do STF, pois a lei é clara no que diz respeito à concessão de incentivos fiscais em outras unidades da Federação. "Alguns Estados concedem incentivos tributários de forma ilegal, e o Amazonas, por conta do modelo ZFM, está amparado até 2023 no que diz respeito a esse assunto. Por esse motivo, acreditamos ser uma perda de tempo a determinação do STF ser discutida no Confaz", observou o secretário, ao salientar que o governo estadual está atento aos constantes ataques ao modelo zona franca.

Liminar beneficia outros itens

As discussões em torno da produção de tablets no Amazonas ganharam força, após o Amazonas ganhar, na última segunda-feira, medida cautelar concedida pelo ministro do STF, Celso de Mello, em favor da ação direta de inconstitucionalidade (Adin) nº 4.635, proposta em julho do ano passado pelo governador Omar Aziz contra o governo paulista.

A liminar acatou a recomendação do Ministério Público Federal (MPF) que, no dia 13 de fevereiro deste ano, deu parecer contrário ao decreto 57.144, do governo paulista, que

concedia incentivos fiscais para os tablets produzidos em São Paulo. Na Adin, o governo do Amazonas argumentou que os Estados não podem legislar medidas de favorecimento do ICMS sem passar pelo crivo do Confaz.

Com a decisão, São Paulo fica proibido de conceder incentivos fiscais do ICMS para a produção de tablets em território paulista.

Além dos tablets, a medida beneficia também celulares, desktops, notebooks, servidores, monitores, impressoras, além de outros componentes.

Pagamento de impostos

Por conta dos problemas causados pelo "apagão nacional", todos os pagamentos referentes a ICMS, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) vencidos, na última terça-feira, poderão ser liquidados na próxima segunda-feira sem a adição de multas e juros, segundo a Sefaz.

A iniciativa também prorroga para a mesma data os benefícios da lei nº 3.823

de 2012, que concede remissão e anistia de ICMS e ITCMD. Os contribuintes que tiverem débitos cujo fato gerador ocorreu até 30 de junho de 2012 podem pagar, no dia 5 de novembro, o ICMS com 100% de desconto sobre as multas e 50% sobre os juros. Aqueles que têm pendências em aberto do ITCMD também podem fazer o recolhimento na segunda com 100% de desconto sobre multas e juros.



ALBERTO CÉSAR AMARAL

O secretário da Fazenda do Amazonas, Ispser Abraham, lamentou o posicionamento da Abinee

ICMS

Lei de incentivo fiscal à cesta básica terá ajustes

A lei de incentivos fiscais à cesta básica — lei nº 2.826 — deve sofrer ajustes pela Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM). As mudanças serão apresentadas até a próxima terça-feira à Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (CDC-Aleam).

"A legislação precisa de alguns ajustes para que ela seja, de fato, cumprida. A Sefaz apresentará uma proposta de alteração e, acredito que após essa mudança, a lei se tornará exequível", afirmou o presidente da CDC-Aleam, deputado estadual Marcos Rotta.

A mudança na resolução foi definida durante reunião, realizada na manhã de ontem na Casa Legislativa, que contou com a participação

de técnicos da Sefaz e de parlamentares.

"Já foi constatado que a legislação, em vigência desde 2003, precisa ser modificada para, conseqüentemente, seja cumprida em sua totalidade. Vamos apresentar uma minuta de alteração da resolução, que deverá atender as solicitações da CDC-Aleam e do setor varejista", explicou o secretário-executivo da Sefaz, Afonso Lobo.

O secretário-executivo da Sefaz sugeriu, como punição aos estabelecimentos que descumprirem a lei, a suspensão do benefício até a regularização de acordo com as exigências da legislação.

A lei de incentivo à cesta básica reduz de 17% para 1% o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre 13 produtos.

CAPA

Indústria local vê promessa de reajuste de eletrônicos como retaliação paulista

Depois da Justiça considerar ilegal os subsídios para a produção de tablets em São Paulo, indústria paulista prometeu reajustar eletroeletrônicos em 12% em todo o País.

PÁG 10

Reajuste prometido por SP é ameaça, afirmam empresários

TEXTO Henrique Saunier
FOTO Nathalie Brasil

MANAUS

Após o anúncio de empresários paulistas de que tablets, smartphones e notebooks deverão ficar até 12% mais caros devido à suspensão dos incentivos fiscais dados naquele Estado aos fabricantes de eletroeletrônicos, entidades amazonenses receberam a notícia como uma espécie de retaliação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Esse novo capítulo da guerra fiscal entre os Estados teve início quando o ministro Celso Mello deu parecer favorável à Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 4635, ingressada pelo Amazonas para impedir que São Paulo conceda benefícios fiscais sem o consentimento do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Insatisfeito com a decisão, que ainda será julgada pelo plenário, o presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abi-

OS NÚMEROS

7%

é o percentual de aumento que os empresários do PIM e do comércio estimam que deva ocorrer sobre os bens de informática e smartphones.

nee), Humberto Barbato, já se movimentou, ao solicitar uma reunião de urgência com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para buscar uma saída. "A guerra fiscal e a insegurança jurídica poderão, até mesmo, obrigar o Governo de São Paulo a adotar medidas de retaliação", declarou Barbato.

Mas as entidades representativas do setor amazonense não acreditam que a alta de preços deva chegar a esse patamar. Para o presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Amazonas (Sinaees), Celso Piacentini, o anúncio do representante

da Abinee confirma que o Estado paulista estava errado nesta história e assegurou que o aumento será de no máximo 7%. "Isso prova que há incentivo ilegal em São Paulo. O Estado não pode dar incentivo de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e, com isso, vai subir o equipamento feito naquela região, mas, acredito que isso vai ficar em torno de 7% e não 12%", observou Piacentini.

Na avaliação do presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, São Paulo só vai aumentar o valor do produto se quiser e que a medida do STF apenas estabelece a ordem e volta para o cenário que deveria ter sido adotado desde o começo. "Se São Paulo quiser abrir mão do ICMS dos produtos vindos de todo o País, não vai ter aumento para o consumidor final. Estamos tratando de uma questão estadual tributária. Com essa medida, vamos ser tratados com igualdade. O produto fabricado aqui, na hora em que entrava em São Paulo, é tri-

butado em 12%, além do custo do frete", explicou Périco.

Comércio

"Em primeiro lugar, a diferença não deve dar tudo isso. Isso é uma maneira de rebater o que o STF fez. Para nós, não faz diferença nenhuma em relação aos valores. O que eles estavam fazendo era o desconto (do imposto) como se fosse uma zona franca", reforçou o presidente da CDL-Manaus, Ralph Assayag.

Segundo Assayag a parte positiva é que as empresas vão analisar e verificar que é melhor fechar em São Paulo e trazer a fábrica para o Amazonas, gerando emprego e renda. De acordo com ele, para o consumidor final, pode haver, sim "certo aumento", mas não deverá ser esse percentual divulgado pela Abinee.

Piacentini lembrou que os eletrônicos amazonenses abastecem outros mercados brasileiros, pois em São Paulo o produto é tributado diferente. Já os celulares paulistas abastecem mais o mercado interno, que absorve 65% dessa produção.

bro em relação ao mesmo mês de 2011. No mês passado, 1.755 unidades foram comercializadas contra as 1.826 motos vendidas em outubro do ano passado. Já em relação a setembro deste ano, a evolução foi de 3,88%.

No acumulado do ano, a venda de motocicletas já é 13,12% menor que 2011. De janeiro a outubro, 17.375 motos foram vendidas no Amazonas.



Redução do IPI ajudou setor a incrementar a venda de veículos

Produção da indústria cai em setembro, aponta IBGE

A produção industrial brasileira interrompeu uma sequência de três meses de crescimento ao diminuir 1% em setembro, na comparação com agosto, informou pesquisa do IBGE divulgada ontem, segundo o jornal O Globo. É o pior resultado desde janeiro, quando o setor encolheu 1,8%. Na comparação com setembro de 2011, a queda na produção foi ainda maior, de 3,8%.